

José Cruz



Demostenes entrega documento à CPI do Apagão Aéreo

Relatório pede indiciamento de 23 pessoas

Relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres aponta o deputado Carlos Wilson como chefe de um esquema montado para fraudar licitações. O relatório solicita o indiciamento de 23 pessoas. Demostenes estima em R\$ 500 milhões os prejuízos aos cofres públicos. **Página 5**

Governo admite alterar horários da Voz do Brasil

Ministro Franklin Martins afirmou na Comissão de Ciência e Tecnologia que governo pode discutir flexibilização do horário da *Voz do Brasil*. Três projetos têm esse objetivo. **Página 5**



Rigor para lavagem de dinheiro. E preso vai depor na cadeia

O Senado aprovou três projetos que buscam dar maior segurança à população. Um deles autoriza o uso da videoconferência no interrogatório de acusado preso e em audiências. Outro amplia o rigor contra a lavagem de dinheiro, enquanto um terceiro acaba com a chamada prescrição retroativa. O Plenário aprovou ainda as indicações de dois diretores para a Anac e de três ministros para o TST, além de propostas que instituem o Disque-Idoso e visam permitir a redução da quantidade de leis. **Página 3**



O presidente interino do Senado, Tião Viana (C), conversa em Plenário com Arthur Virgílio e Marisa Serrano

Leopoldo Silva

Votação de PECs sobre a emenda da saúde é adiada

Os Plenários do Senado e da Câmara suspenderam a votação de projetos que regulamentam os gastos mínimos da União, dos estados e dos municípios com a saúde. Autor do projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais, Tião Viana disse que há perspectivas de entendimento entre as Casas e o governo sobre o percentual a ser destinado ao setor. **Página 4**

Advogado protocola defesa de Renan

Presidente licenciado se defende em processo em que é acusado de usar “laranjas” para comprar emissoras de rádio e TV em Alagoas. **Página 6**

J. Freitas



Patrícia Saboya preside reunião que aprovou projeto sobre gasto com saúde

“Tudo que fizermos para prestar contas à sociedade será melhor para a instituição”, diz o presidente interino

Mais transparência fortalece a Casa e os senadores, afirma Tião Viana

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem que a transparência das ações da instituição resultará no fortalecimento dos próprios senadores. Ele foi indagado a respeito do que a imprensa tem chamado de “pacote moralizador”, cujo objetivo é colocar na internet, entre outras informações, a prestação de contas dos senadores sobre as verbas de gabinete.

– Isso significará o fortalecimento do senador e da instituição Senado. Tudo o que fizermos para facilitar a visibilidade, para prestar contas à sociedade, será

melhor para a instituição, para a democracia e para os senadores.

Viana também avaliou o Senado como uma instituição moderna, que realiza despesas que favorecem o equilíbrio orçamentário. Mas entende que é preciso avançar em alguns aspectos, como dar mais visibilidade às ações da Casa. O senador explicou quais são os principais itens desse pacote moralizador.

– De imediato, o que nós tivemos aprovado pela Mesa foi que os afastamentos de senadores para missões parlamentares,

pessoais ou de qualquer natureza serão divulgados, ato contínuo, no *Diário do Senado Federal*. Ao mesmo tempo, abriu-se um debate sobre a informação em tempo real da verba indenizatória. Com isso, teríamos os senadores isentos de qualquer dúvida sobre sua conduta.

Tião Viana disse, contudo, que essas medidas de austeridade só serão discutidas na reunião que ele terá com os líderes se houver solicitação por parte de algum representante de partido.

– A minha parte foi colocar o assunto na Mesa e os senadores

acharam que ainda não era o momento, que o assunto ainda precisava de uma maturação. Cabe aos líderes agora a discussão da matéria.

Drogas

Viana lamentou os números da Fundação Getúlio Vargas, segundo a qual 62% dos usuários de droga no Brasil pertencem à classe A, e 85% têm a pele branca.

– Somente numa união da sociedade seremos capazes de estabelecer traços culturais que digam não àquilo que desagrega a vida em comunidade – alertou.

Presidente do PCdoB diz que não aceita a cláusula de barreira

O presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, disse ao presidente interino do Senado, Tião Viana, em audiência, que os pequenos partidos estão preocupados com a possibilidade da recriação da cláusula de barreira, depois que o tema foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado. Ele lembrou que existem duas propostas de emenda constitucional no Senado que tratam do assunto.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que acompanhou Renato Rabelo, sustentou que a cláusula, como decidiu o STF, é uma forma de “massacrar as minorias partidárias” e, portanto, “inaceitável”.

Ministro pede obrigatoriedade da contribuição sindical

Acompanhado de dirigentes sindicais, senadores e deputados, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, visitou ontem o presidente interino do Senado, Tião Viana, para pedir a restauração da obrigatoriedade da contribuição sindical, derrubada pela Câmara na semana passada na votação do projeto que regulamenta as centrais

sindicais. Se o Senado confirmar a mudança, o trabalhador deverá autorizar o desconto da contribuição na folha de pagamento.

– Nosso objetivo é agilizar, no Senado, a votação de um projeto que, na Câmara, recebeu duas emendas que não eram parte do



Tião Viana (C) recebeu ontem Paulo Paim, o ministro Lupi, deputados e líderes sindicais

acordo entre as centrais sindicais. Nós estamos solicitando aos senadores que suprimam essas emendas, até porque não é de justiça a gente ter uma parte só da arrecadação punida. Só da parte dos sindicatos de trabalhadores é que se retiraram os impostos. Da

parte patronal, não – destacou Carlos Lupi.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), afirmou que o fim da obrigatoriedade da contribuição destrói toda a estrutura sindical do país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota regras para estágio estudantil

Na pauta, às 14h, projeto que regulamenta o estágio de estudantes de instituições de educação superior, educação profissional e ensino médio. Às 10h, os senadores realizam sessão especial para homenagear os cem anos de fundação da cidade de Anápolis (GO).

Comandante da Marinha fala a duas comissões

Às 9h, as comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debatem o Programa Nuclear da Marinha com o comandante da Força Naval, Júlio Soares de Moura Neto.

CRE sabatina duas indicações de diplomatas

A partir das 10h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) examina duas indicações presidenciais para cargos de embaixador: de Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, para a embaixada no Canadá, e de José Maurício de Figueiredo Bustani, para a embaixada na França.

Subcomissão discute reforma tributária

A Subcomissão Temporária da Reforma Agrária discute reforma tributária com Everardo Maciel, ex-secretário da Receita, e Ary Oswald Mattos Filho, da Fundação Getúlio Vargas. Às 10h30.

Marcos Regulatórios analisa relatório final

O colegiado examina e vota o relatório final da subcomissão temporária a partir das 9h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Efraim Morais, Mão Santa, Alvaro Dias e Gerson Camata

Disque-Idoso é aprovado em definitivo

O projeto de lei da Câmara (PLC 83/06) que institui o Programa Disque-Idoso foi aprovado em definitivo pelos senadores e segue agora à sanção presidencial. O objetivo é receber denúncias de maus-tratos e violência contra pessoas com 60 anos ou mais.

O serviço deverá ser regulamentado pelo

Poder Executivo no prazo de dois meses após a sanção da lei.

Segundo a autora da proposta, a deputada federal Lúcia Braga (PMN-PB), há muitos casos de idosos abandonados e vítimas de maus-tratos. O Disque-Idoso servirá como um apoio a essa parcela da população.

Suspensão de prazo vencido em recesso judicial

Os prazos processuais que expirem durante os feriados e o recesso da Justiça Federal de primeira instância poderão ficar suspensos até que as instituições retomem o trabalho.

A medida, aprovada ontem em primeiro turno no Plenário, está prevista no substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS)

ao projeto de lei da Câmara (PLC 6/07) que trata do assunto. A matéria, que será votada em turno suplementar, determina a suspensão de “todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro”, período do recesso, e em feriados.

Acolhida medida que integra pacote antiviolência

O fim da chamada prescrição retroativa foi outra medida aprovada ontem pelos senadores. Nesse caso, o projeto (PLC 19/07) integra o pacote antiviolência, conjunto de medidas reunidas no início do ano após a intensificação da violência no país e dos ataques do grupo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Segundo o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), a mudança corrige um “gargalo da impunidade”.

Ele citou como exemplo o caso de um réu acusado de roubo e sujeito, portanto, a pena de reclusão entre quatro e 10 anos. A prescrição da pena para esses casos é de 16 anos.

Se o juiz, ao condenar o réu, fixar na sentença uma pena de quatro anos, e o Ministério Público não apelar da decisão para aumentá-la, a prescrição da pena cai à metade, passando a ser de oito anos.

A chamada prescrição retroativa ocorre se, entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia, ou entre o recebimento da denúncia e a sentença de primeiro grau, houver decorrido o prazo de oito anos.

Os senadores também aprovaram emenda de Demostenes determinando que “a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da publicação da sentença ou acórdão”.

Essa alteração evita que a prescrição retroativa continue a existir na fase de instrução processual.

Projeto de Tasso Jereissati estende norma também a audiências judiciais. Objetivo é evitar tentativas de resgate de presos nos deslocamentos para o fórum

Presos poderão ser interrogados por meio de videoconferência

A norma nos presídios deverá ser a de interrogatórios de acusado preso e audiências judiciais por meio de videoconferência. Para o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Romeu Tuma (PTB-SP), o substitutivo da Câmara ao texto original (PLS 139/06) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) vai trazer economia aos cofres públicos e evitar tentativas de resgate de presos nos deslocamentos para o fórum. Aprovada ontem pelo Plenário, cabe agora à Comissão Diretora a redação final.

Na verdade, o parecer de Tuma acolheu parcialmente o substitutivo da Câmara, mantendo



Senadores acolheram sugestões dos deputados à proposta original

parte da redação já acatada pelo Senado. A sugestão acolhida da Câmara refere-se à determinação de que o juiz também vai recorrer à videoconferência, ou a outro recurso tecnológico de presença virtual, para ouvir testemunha presa, permitindo-se a presença de defensor.

Quanto aos dispositivos já aprovados pelo Senado e preservados

por Tuma está a determinação de que as salas destinadas a videoconferência no interrogatório ou na audiência de presos terão linhas telefônicas reservadas para a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados presentes na sala de audiência do fórum, e entre estes e o preso.

Se o depoimento não puder ser colhido por meio de videoconferência, o projeto prevê sua realização no próprio estabelecimento em que o acusado estiver preso, desde que sejam garantidas a segurança do juiz e de seus auxiliares, a presença do defensor e a publicidade do ato.

Plenário amplia rigor contra lavagem de dinheiro

A terceira geração de legislação para o combate à lavagem de dinheiro foi aprovada ontem pelo Plenário, que votou o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto de lei do Senado (PLS 209/03), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que altera a Lei 9.613/98. A proposta será submetida a turno suplementar de votação.

O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), explicou que o texto substitutivo é resultado de muitos

meses de estudos e debates.

— É o primeiro passo real e concreto em relação aos crimes do colarinho branco, talvez o mais importante projeto dos últimos tempos — disse, lembrando que o texto extingue o conceito de “crime antecedente”, seguindo a tendência internacional de punir a lavagem de dinheiro independentemente do que possa ter dado origem ao dinheiro ilícito.

A proposta amplia de dez para 18 anos a pena máxima aplicável

aos condenados por lavagem de dinheiro. Também aumenta o teto da multa que recai sobre empresas que deixarem de cumprir exigências legais destinadas a garantir a apuração desse tipo de ilícito. Hoje no valor máximo de R\$ 200 mil, a multa poderá chegar a R\$ 20 milhões.

Nos casos de prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, mesmo com bons antecedentes.

TST tem três novos ministros e Anac, dois diretores

Três indicações presidenciais para as vagas de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) foram aprovadas ontem pelo Plenário. Os juízes Waldir Oliveira da Costa, Márcio Eurico Vitral Amaro e Maurício José Godinho Delgado vão ocupar vagas reservadas a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Marcelo Pacheco dos Guarany e Alexandre Gomes de Barros também tiveram suas indicações para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) acolhidas pelos senadores. Eles vão completar os mandatos de Leur Antonio Britto Lomanto e Denise Ayres de Abreu, que renunciaram.

Consolidação de leis ganha regras processuais

A consolidação da legislação do país, com o objetivo de diminuir a quantidade de leis, finalmente terá lugar no Senado. O Plenário aprovou ontem o projeto de resolução (PRS 43/07) que regulamenta o processo de consolidação das leis no âmbito da Casa, conforme prevê a Constituição. O autor da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que sua aprovação permitirá a consolidação de leis federais. O texto inclui, no Regimento Interno, normas relativas à apresentação, tramitação e aprovação de projetos que visam à redução e à fusão das leis.

— Isso dá ao Senado prerrogativas que o Poder Executivo e a Câmara já possuem — declarou.

Senadores querem investigar contratos de empreiteira espanhola

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), disse, durante as votações de ontem, que vai apresentar requerimento solicitando informações ao governo federal

sobre os contratos com a empresa OHL. De acordo com o jornal espanhol *El País*, essa empresa, que recentemente venceu licitações para administrar trechos de rodovias federais no Brasil, está sendo processada pelo go-

verno da Catalunha em função de problemas em rodovias que administra na Espanha.

— Como presidente da CI, proporei investigação sobre o caso. Quero ver as condutas da OHL na Espanha, no México e no Brasil.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) frisou que fará pedido semelhante na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Entendemos que o Senado deve se debruçar, sim, sobre esse assunto — afirmou Ideli.



Marconi Perillo, que preside a CI, vai pedir informações sobre a OHL

À espera de entendimento com o governo, as duas Casas suspendem análise de projetos que regulamentam emenda constitucional destinada a fixar gastos mínimos para setor

Senado e Câmara adiam votação de propostas sobre a saúde

Os plenários do Senado e da Câmara suspenderam ontem a votação de projetos que regulamentam a Emenda Constitucional 29/00, que determina os gastos mínimos da União, dos estados e dos municípios para a saúde.

Os dois projetos foram às pautas de votações depois de intensa movimentação de secretários de Saúde, com apoio do presidente interino do Senado, Tião Viana, autor do projeto do Senado (PLS 121/07 – complementar). Na Câmara, os deputados estão examinando o projeto de lei complementar (PLP 1/03).

– Há uma perspectiva de entendimento entre o governo, o Senado e a Câmara para que seja

encontrado um número sobre quanto a mais a União poderá gastar com saúde e que isso corresponda às expectativas dos secretários de Saúde e da população – afirmou Tião Viana.

Na Câmara, o líder do governo, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), deu a mesma explicação. Viana ponderou que, se nas negociações da prorrogação da CPMF ficar decidido que a saúde terá direito a uma parcela maior da contribuição, “melhor para a saúde pública do Brasil”. Hoje, de 0,38% da alíquota da CPMF, 0,20% vai para a saúde.

A Emenda 29, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, determina que a União deve

aplicar em saúde o gasto do ano anterior, corrigido pelo percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB). Já os estados têm de gastar 12% de suas receitas e os municípios 15%. Nos últimos anos, várias entidades ligadas à área de saúde denunciaram que nem todos os estados e municípios vêm cumprindo as determinações constitucionais.

O projeto de Tião Viana muda o critério baseado no crescimento do PIB e estabelece que a União terá de gastar em saúde 10% de suas receitas correntes brutas. Para os estados e municípios, os percentuais são mantidos e são fixadas punições para quem descumprir a exigência.

Projeto regulamenta aplicação dos recursos

Com a presença de secretários de Saúde de vários estados e municípios e de representantes do Ministério da Saúde, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Augusto Botelho (PT-RR) a projeto de lei complementar do senador Tião Viana (PT-AC) que deve resultar no aumento de mais de R\$ 20 bilhões nos recursos para a saúde. A proposta regulamenta a Emenda Constitucional 29, de 2000, que prevê a aplicação em saúde, a cada ano, de 10% da receita corrente bruta da União, 12% dos estados e 15% dos municípios.

Além de alterar os critérios de aplicação dos recursos, o projeto (PLS 121/07- complementar) define o que é de fato gasto com saúde e estabelece punições para governantes que descumprirem a regra. A proposta será encaminhada

ao Plenário e seguirá depois para a Câmara.

O relator deu parecer favorável ao projeto acolhendo diversas emendas apresentadas. Entre elas está a da presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que tem o objetivo de diminuir as desigualdades regionais dos investimentos em saúde. A proposta estabelece que “os recursos destinados a investimentos terão

programação anual e serão distribuídos em proporção inversa à capacidade da rede assistencial de saúde de cada estado”.

Augusto Botelho ressaltou, em seu relatório, que apesar dos montantes mínimos a serem gastos por entidade da Federação estarem explícitos na Emenda 29, não havia definição clara do que são ações e serviços públicos de saúde.



Presidente da CAS, Patrícia Saboya (E) teve emenda acatada pelo relator da matéria

Comissão define emendas que apresentará ao PPA

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem as cinco emendas que o colegiado tem direito de apresentar ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011. O Orçamento Público compreende a elaboração e execução de três leis – o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) –, que materializam o planejamento e a execução das

políticas públicas federais.

Os recursos aprovados pela CAS – mais de 1 bilhão –, caso sejam acolhidos pela proposta orçamentária, vão para o controle da malária; aparelhamento de serviços de saúde a mulher vítima de violência doméstica; estruturação de unidades de saúde para atendimento da população indígena; e fortalecimento de políticas integradas do governo destinadas a

gerar emprego e renda.

Ficou para a reunião da próxima semana a votação, em decisão terminativa, do projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que proíbe empresas e pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas de estabelecerem práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais (PLS 98/07).



Luis Cláudio Macedo (E), José Soares, Neuto de Conto e Argileu Martins em audiência na CRA

Fotos: J. Freitas

Faltam verbas para orientação técnica de agricultores, revela debate

A extensão rural é o único serviço capaz de articular todas as políticas públicas no interior do país, de acordo com o diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins, que participou ontem de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Argileu defendeu uma maior integração com as empresas de pesquisa agrícola e a necessidade de adequação dos currículos dos cursos universitários, para que a formação de agentes de desenvolvimento atenda às necessidades do país.

Na ocasião, o presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural (Asbraer), José Silva Soares, frisou a necessidade da universalização do serviço, que hoje é realizado por 16.600 extensionistas rurais, está presente em 4.600 municípios e beneficia 2,4 milhões de agricultores familiares. “A extensão rural é o braço forte do Estado, sendo chave na integração nos municípios”, afirmou.

José Soares apresentou proposta de aumento de 7% para 35% dos recursos federais no orçamento do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, além

de apoiar a mudança na forma de destinação de repasse das verbas.

A idéia recebeu o apoio do vice-presidente da Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural, Pedro Simon (PMDB-RS).

“Renascimento”

O debate foi proposto por Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA. O senador alertou para a inadequação das políticas ambientais, que muitas vezes “prejudicam o desenvolvimento da pequena propriedade”, e sugeriu a regionalização da legislação que trata das questões de meio ambiente no Brasil.

Jonas Pinheiro (DEM-MT), João Tenório (PSDB-AL) e Simon saudaram o que classificaram de “renascimento” da extensão rural. Jonas defendeu ainda a apresentação de emenda da CRA ao Orçamento da União para 2008, em favor da extensão rural.

Já Marisa Serrano (PSDB-MS) ressaltou a necessidade de maior orientação técnica em assentamentos de reforma agrária como condição para a viabilidade agrícola das áreas.

Por sua vez, João Tenório cobrou informações, prometidas pelo Incra, sobre os índices de produtividade em áreas de reforma agrária.

Emendas da Comissão de Reforma Agrária ao PPA totalizam R\$ 4,9 bi

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA 2008-2011).

O relator das emendas ao PPA na comissão, Osmar Dias (PDT-PR), analisou nove e escolheu as cinco regimentalmente permitidas a cada comissão, no valor total de R\$ 4,88 bilhões.

As emendas são destinadas a programas de apoio ao desenvolvimento agropecuário, à segurança na sanidade agropecuária (combate à febre aftosa), ao crédito fundiário para assentamentos rurais e à aquisição de alimentos do Programa de Agricultura

Familiar (Pronaf). Elas serão encaminhadas agora à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Osmar Dias obedeceu em seu parecer, conforme justificou, a três critérios para a análise das emendas: impacto provável dos recursos orçamentários sobre o setor agropecuário; caráter estruturante que a ação da CRA pode promover junto a outros setores da economia; e manutenção da coerência da programação encaminhada pelo Executivo.

– O importante foi torná-las mais coerentes com a atual realidade do setor agropecuário e do desenvolvimento agrário – frisou.



Machado Neto (E), Franklin Martins, Wellington Salgado, Marcelo Bechara e Lara Resende na CCT

Franklin Martins diz que horário da Voz do Brasil poderá ser flexibilizado

O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, afirmou ontem, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que o governo está aberto a debater alternativas de flexibilização do horário do programa *Voz do Brasil*. Ele disse que a regra de transmissão do programa entre 19h e 20h, de segunda a sexta, vem sendo quebrada por liminares obtidas por emissoras, evidenciando que está na hora de o Congresso avançar e produzir norma que reflita a nova realidade.

A audiência foi proposta pelo presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), para debater três propostas que tratam da veiculação do programa – o PLS 53/03, de Sérgio

Zambiasi (PTB-RS), o PLS 219/05, de Alvaro Dias (PSDB-PR), e o PLS 294, de Delcídio Amaral (PT-MS).

Tanto os expositores – o representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado Neto; o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara; e o diretor-executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) Flávio Lara Resende – como os senadores concordaram que a *Voz do Brasil* é um programa importante.

– Mas flexibilizar garante o direito de informar, em tempo real, sobre fatos relevantes, eventos desportivos, serviços e ações urgentes e necessárias para mobilizar a comunidade – observou.



Reunião da CI aprova uma emenda de Marconi Perillo e quatro de Valter Pereira ao PPA 2008-2011

Comissão de Infra-Estrutura apresentará proposta de ponte sobre o rio Paraná

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) aprovou a apresentação de cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O relator dessas emendas, Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que “o PPA tem sido, tradicionalmente, uma obra de ficção, desde a época da inflação alta até hoje, com a inflação controlada”.

Segundo ele, apenas quatro das emendas apresentadas à CI têm chances de serem aproveitadas na Comissão Mista de Orçamento: uma de Marconi Perillo (PSDB-GO), para construção de trecho rodoviário na divisa Goiás

– Mato Grosso; e três de Valter Pereira (PMDB-MS), para construção de ferrovia entre Cascavel (PR), Dourados (MS) e Maracaju (MS), para construção de ponte sobre o rio Paraná e para implantação do sistema de escoamento de combustíveis ligando Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Como o colegiado tem direito a apresentar cinco emendas, Sérgio Guerra aceitou a proposta de vários senadores, de incluir a de Valter Pereira, para construção de um sistema de transmissão de energia elétrica na região Centro-Oeste.

Voto de pesar pela morte de irmão de Papaléo

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou voto de pesar em Plenário, logo no começo da ordem do dia de ontem, pelo falecimento de José Maria Papaléo Paes, irmão do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Associaram-se ao requerimento os senadores Arthur Virgílio

(PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), José Sarney (PMDB-AP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Sibá Machado (PT-AC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

José Maria Papaléo Paes faleceu ontem ao 79 anos. O enterro ocorrerá hoje, às 10h, em Belém.

Relator da CPI do Apagão Aéreo aponta deputado Carlos Wilson, presidente da Infraero por dois anos, como chefe de um esquema montado para fraudar licitações

Relatório de Demostenes pede indiciamento de 23 pessoas

Em seu relatório final, apresentado ontem à CPI do Apagão Aéreo, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) solicita o indiciamento de 23 pessoas: 21 ligadas à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e duas à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relator recomenda o indiciamento do deputado federal Carlos Wilson

(PT-PE), que presidiu a estatal de 2003 a 2005; dos ex-servidores da Infraero Tércio Ivan de Barros, Eleuza Terezinha, Adenauer Figueira Nunes, José Wellington Moura, Marco Antônio Marques e Márcia Gonçalves Chaves; dos empresários Ettore Ferdinando Casória e Michel Farah, donos da FS3 Comunicação e Sistemas Ltda; e dos ex-servidores da Anac Denise Abreu e Paulo Roberto Gomes de Araújo.



Casagrande (D), presidente da CPI, e Demostenes: quebra de sigilo de empreiteiras

Demostenes aponta Carlos Wilson como o chefe de um esquema montado na Infraero para fraudar licitações. Numa avaliação conservadora, segundo o relator, o montante de recursos desviados da estatal por meio da suposta quadrilha, formada com pessoas de Petrolina – cidade de origem de Carlos Wilson –, pode ter chegado a R\$ 500 milhões.

O senador solicitou também ao Ministério Público e à

Polícia Federal a quebra dos sigilos bancários de várias empreiteiras visando ao rastreamento de recursos repassados pela Infraero. Em sua análise, os empreiteiros estão entre os maiores responsáveis pela corrupção e desmando ocorridos na estatal.

João Pedro (PT-AM) apresentou pedido de vista do relatório e se disse inconformado com as acusações de Demostenes contra Carlos Wilson.

Jornalistas apontam desolação de estudantes do interior

As diferenças conceituais entre os programas Bolsa Escola – criado no governo Fernando Henrique Cardoso – e Bolsa Família – implantado pelo atual governo – foram o principal tema de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE). A pedido dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a audiência foi convocada para debater problema apontado em reportagem, segundo a qual a evasão escolar permanece alta, apesar da ampliação do Bolsa Família.

Os jornalistas Paloma Olivetto, do *Correio Braziliense*,

e Luiz Ribeiro, de *O Estado de Minas*, frisaram a falta de esperança de crianças e jovens de cidades do interior do país, mesmo que beneficiados pelo programa.

A secretária nacional de Renda Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, atribuiu as dificuldades relatadas pelos jornalistas a uma história de “desigualdade e exclusão”.

Para o ex-secretário nacional do Bolsa Escola e atual gerente do programa Escolas Técnicas do Distrito Federal, Marcelo Aguiar, é preciso discutir como estimular, nas famílias, o interesse pelo desempenho dos filhos na sala de aula.

Comissão de Educação aprova emendas ao Plano Plurianual

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem cinco emendas a serem apresentadas ao projeto do Plano Plurianual para o período 2008-2011. As emendas envolvem recursos superiores a R\$ 1,5 bilhão, destinadas a projetos em áreas como educação infantil, educação de jovens e adultos, cultura e esporte.

Conforme parecer do relator das emendas na comissão, senador Flávio Arns (PT-PR), os programas de apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública da educação infantil e à alfabetização e à educação de jovens e adultos estão entre os maiores beneficiados.



Cristovam Buarque (3º à esq.) preside audiência pública sobre as diferenças conceituais entre programas de assistência social

Renan entrega defesa prévia ao Conselho de Ética

A defesa prévia do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no processo em que é acusado de se associar ao usineiro João Lyra para comprar de forma clandestina um jornal e uma emissora de rádio em Alagoas, foi protocolada ontem na Secretaria do Conselho de Ética, por meio do advogado Davi de Oliveira Rios.

Jefferson Péres (PDT-AM), relator da terceira representação apresentada contra Renan no conselho, recebeu a defesa junto com as outras peças do processo. Apesar de ter entrado na segunda-feira de licença médica, Renan cumpriu o prazo de cinco sessões para rebater a denúncia apresentada pelo PSOL. A defesa de Renan tem como base o depoimento do usineiro prestado ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP). Na ocasião, o empresário alagoano declarou que foi sócio de Renan em veículos de comunicação adquiridos por R\$ 2,6 milhões.

– Vou ver como o Renan rebate essas acusações, para então ouvir novamente o João Lyra – explicou Jefferson.

Manifestação

Na terça-feira, Renan entregou ao presidente em exercício, Tião Viana, “manifestação” em que se defende da acusação de que beneficiou uma empresa “fantasma”, a construtora KSI, com emenda ao Orçamento no valor de R\$ 280 mil. O documento refuta a base da sexta representação contra Renan, apresentada pelo PSOL e sobrestada também na terça pela Mesa do Senado.

Membro do Conselho de Ética e corregedor que responder a processo por quebra de decoro deve ser automaticamente afastado do cargo



Marco Maciel preside reunião da CCJ em que os senadores aprovaram parecer de Lúcia Vânia a proposta de Valter Pereira

Comissão define regulamento para Conselho de Ética do Senado

As atividades do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado devem ser regulamentadas por projeto de resolução aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador Valter Pereira (PMDB-MS) é o autor do projeto original (PRS 38/07), modificado pela relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Uma das medidas do regulamento prevê que, quando um senador for membro do Conselho de Ética ou corregedor do Senado e passar a responder a processo por quebra de decoro, será automati-

camente afastado do cargo. Caso seja integrante da Mesa diretora ou presidente de comissão e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho assim decidir.

Outra novidade é que os relatores de representações contra senadores passariam a ser escolhidos por sorteio, realizado em até três dias úteis a partir do recebimento da representação pelo Conselho de Ética.

Lúcia Vânia manteve item que determina reuniões e votações abertas para qualquer deliberação do conselho, com exceção dos

casos que envolvam quebra de sigilos, intimidade das pessoas ou participação de menores. Já em relação a quebra de sigilos, a CCJ aprovou emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR) retirando a possibilidade de o Conselho de Ética pedir a quebra de sigilos.

Lúcia Vânia acatou a decisão, mas disse que elaborou o item baseando-se na Lei do Sigilo Bancário (Lei Complementar 105/01).

O projeto ainda será analisado pela Comissão Diretora e pelo Plenário e, se for aprovado até o final do ano, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Lúcia Vânia: medida trará “salvação institucional”

A aprovação, pela CCJ, de um regimento para o Conselho de Ética, foi comemorada por Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ela, a partir do momento em que a matéria for acatada em Plenário, “a Casa estará mais bem aparelhada para enfrentar atos que conspiram contra seu conceito”.

Relatora do projeto do regimento, Lúcia Vânia disse que, hoje, “a inexistência de regras claras causa transtornos múltiplos, já que acusados e acusadores não sabem quais são seus deveres e seus direitos. E as manipulações e excessos, como pudemos observar recentemente, atingem diretamente a instituição”.

– O regimento nos preserva de manipulações e ações escapistas, e faz lembrar que a instituição está acima de quem a integra. É uma medida de salvação institucional – afirmou.



Lúcia Vânia diz que a inexistência de regras claras causa muitos transtornos

Entidades destacam importância de emendas para programas sociais

Representantes de entidades ligadas a movimentos sociais afirmaram ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que a aprovação de emendas ao Orçamento para 2008, com o objetivo de atender às necessidades específicas de programas e públicos que representam (entre os quais mulheres, idosos e pessoas com deficiência), é fundamental para a sobrevivência de suas orga-

nizações. A reunião foi realizada a pedido do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

– Essa exposição é para que vocês mostrem suas expectativas e pintem um quadro do setor, mas não se esqueçam de apresentar suas propostas de emendas até a primeira semana de novembro, quando teremos que encaminhá-las para votação – lembrou o senador aos membros das entidades.



Paim (D) preside audiência que ouviu representantes de organizações e movimentos

Emendas para projetos das Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as cinco emendas da comissão ao projeto de lei do Plano Plurianual 2008-2011 (PLN 31/07). Elas prevêm em cerca de R\$ 5,765 bilhões, a serem destinados ao Ministério da Defesa, que aplicará o montante em projetos do Exército, Marinha e Aeronáutica.



Heráclito, presidente da CRE, propõe benefício à Aeronáutica

A emenda com maior volume de recursos foi

(PTB-SP), que ressaltou notícias da imprensa nos últimos dias sobre os sérios problemas financeiros enfrentados pelas Forças Armadas.

CDH defende recursos para combater a violência

Os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheram ontem, por unanimidade, as cinco emendas da comissão ao projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para os anos de 2008-2011.

O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e à violência contra a mulher, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

(Pronasci), é um dos assuntos contemplados nas emendas. Segundo o relator da matéria e presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), as cinco emendas aprovadas incluem outras sete propostas que estavam sendo analisadas pela comissão. Ele disse que deverá designar o senador Flávio Arns (PT-PR) para a relatoria das emendas da comissão ao projeto de Lei do Orçamento Anual (LOA) de 2008.

Senador destaca crescimento da arrecadação, desvio de função, possibilidade de nova prorrogação no futuro, excesso de gastos governamentais e não redução para alíquota simbólica destinada apenas a combater a sonegação

As cinco razões de Jarbas Vasconcelos para rejeitar a prorrogação da CPMF

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) enumerou ontem cinco razões para o Senado rejeitar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Para ele, o primeiro motivo é o crescimento da arrecadação federal de quase 10% em 2007 – o equivalente a R\$ 40 bilhões, valor previsto para a arrecadação do “imposto do cheque” em 2008.

O desvio de função da contribuição, que nasceu para financiar exclusivamente a saúde, foi outra razão apontada.

Vasconcelos também incluiu em sua lista a ausência de garantias de que o governo não prorrogará novamente a cobrança do imposto.

O quarto motivo é o excesso de gastos governamentais sem uma contrapartida em infra-estrutura



Fotos: Leopoldo Silva

Jarbas Vasconcelos critica governo por fazer da votação um “balcão de negócios”

social e econômica.

Por fim, afirmou ser contra a medida porque o combate à sonegação – uma das alegações favoráveis à contribuição – poderia continuar sendo feito se a alíquota fosse reduzida a 0,01%.

– Os argumentos que têm vindo

à tona precisam ser enfrentados. O que está em discussão é a CPMF, que tem vida própria até 31 de dezembro. A carga tributária está beirando 40%. Essa é uma grande oportunidade para o Congresso se impor ao país e recuperar sua imagem ferida, arranhada, e para o governo cortar suas despesas – avaliou.

Jarbas Vasconcelos criticou a postura governamental de ter usado seu “rolo compressor” para aprovar a proposta na Câmara.

– Fez isso sem nenhuma abertura para negociação. Cria a ilusão do diálogo, quando na verdade quer é aprovar o projeto do jeito que foi redigido pela equipe econômica – frisou o parlamentar, que acusou o governo de fazer da prorrogação da CPMF um verdadeiro “balcão de negócios”, com

a liberação de recursos para obter o apoio de parlamentares.

O senador criticou a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem tratando a oposição, em particular o DEM, com “comentários depreciativos”.

Jarbas Vasconcelos disse ainda que Lula, consciente da atual fragilidade do Senado, estaria fazendo com que senadores governistas utilizassem o argumento de que a não prorrogação da contribuição irá acabar com o programa Bolsa Família, além de reduzir recursos para a saúde e favorecer a sonegação de impostos.

O parlamentar foi apartado pela relatora da PEC da CPMF (89/07) na Comissão de Justiça, Kátia Abreu (DEM-TO), e por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI).

Neuto de Conto comemora beatificação em SC

A beatificação, pelo Vaticano, de Albertina Berkenbrock, no último dia 20 de outubro, foi comemorada por Neuto de Conto (PMDB-SC). Albertina foi assassinada aos 12 anos de idade, em 1931, em Tubarão (SC), ao tentar evitar um estupro.

– Foi assassinada por que quis preservar sua natureza espiritual e corporal e defender a dignidade da mulher por causa da fé e da fidelidade a Deus. Ela o fez heroicamente, como verdadeira mártir – disse o senador.

Neuto de Conto recordou que Santa Catarina é o estado da primeira santa brasileira, Madre Paulina, e agora foi agraciado com a beatificação de Albertina.

Suplicy ressalta exemplo do leilão de rodovias federais

O leilão de sete rodovias federais realizado em 9 de outubro foi citado por Eduardo Suplicy (PT-SP) como exemplo de defesa do interesse público.

Conforme o senador, pelo negócio firmado com a empresa espanhola OHL, “um percurso que custaria R\$ 10, de acordo com as planilhas dos anos 90, saiu por R\$ 2,70”.

Suplicy homenageou ainda os americanos Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson, laureados com o Prêmio Nobel de Economia por terem criado “regras de negociação para obter o melhor resultado possível para o maior número de pessoas”.

Augusto celebra aprovação de projeto sobre saúde pela CAS

A aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da regulamentação da Emenda 29, que destina 10% da receita corrente bruta arrecadada pelo governo para a área de saúde, foi comemorada ontem por Augusto Botelho (PT-RR), relator da matéria. Para ele, este é um dos fatos mais importantes para a melhoria da saúde, depois da criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Fizemos questão de propor a adoção de uma sistemática sugerida pelas entidades representativas do setor – disse o senador que também parabenizou o jornal *Folha de Boa Vista* pelos seus 24 anos completados no último domingo.

Há “corda esticada” entre governo e oposição, diz Viana

Apesar dos movimentos do governo – enviando à Casa ministros para negociar a aprovação da PEC que prorroga a CPMF –, o presidente interino do Senado, Tião Viana, entende que a negociação está tensa. E salientou que é obrigação do governo procurar o Senado para discutir, debater e negociar a proposta.

– Eu acho que há uma corda esticada ainda entre a base de apoio ao governo e a oposição, o que é absolutamente natural – analisou. Ele observou que há um entendimento preliminar, da relatora Kátia Abreu (DEM-TO), de que as audiências públicas não devem contar como prazo. Já Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o Regimento diz outra coisa.

O que importa, frisou Viana, é que governistas e oposicionistas cheguem a uma conclusão sobre o que é melhor para o país.

Raimundo Colombo afirma que o DEM está “do lado do povo”

Em resposta à crítica que teria sido feita pelo presidente da República à posição dos parlamentares de seu partido, contrário à prorrogação da CPMF, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) disse ontem que “ser demo é, com muito orgulho, estar do lado do povo”.

O DEM fechou questão contra a prorrogação, e o presidente Lula, em sua viagem à África, teria afirmado: “Se os ‘demos’ estão dizendo que vão fechar questão [contra a CPMF], é problema deles”.

– O presidente diz que nós, que ele chama de ‘demos’, somos contra a CPMF porque somos contra o Brasil. Mas nós somos contra o tributo porque prejudica a evolução da sociedade – frisou.

Raimundo Colombo observou que a CPMF foi criada para ser provisória, e que a saúde, área para a qual os recursos arrecadados deveriam ser predominantemente



Para Raimundo Colombo, o DEM pressiona o governo por reforma tributária

mente destinados, não melhorou com a cobrança.

A posição do DEM, acrescentou, é uma forma de o Parlamento pressionar o governo por uma reforma tributária. Para o senador, cabe ao Executivo liderar esse processo, que ele julga fundamental.

– Devemos diminuir o custo do Estado, que é um peso para a sociedade – argumentou.

Comissão debate tributo com ministros

Especialistas, autoridades do governo e representantes do empresariado deverão participar de debates sobre a CPMF a serem promovidos pela Comissão de Justiça (CCJ), conforme dez requerimentos aprovados ontem.

Entre os convidados estão os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; o advogado tributarista Ives Gandra Martins; os ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e Antonio Palocci (hoje deputado federal); os economistas José Roberto Afonso e Samuel Pessoa; além de representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). A data das reuniões ainda serão marcadas.

Apoio do partido

Arthur Virgílio disse que seu partido apóia a idéia de tornar públicos os gastos dos senadores com verba indenizatória. Para ele, o surgimento dessa discussão é uma oportunidade para também esclarecer os gastos do governo federal com cartões corporativos.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou ontem os 159 anos de Manaus, capital do Amazonas, chamada inicialmente de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro. Segundo o senador, falar da Amazônia significa olhar para o futuro do país. Este futuro está calcado, frisou, na

atuação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), dedicado à investigação da biodiversidade da região, e do Pólo Industrial de Manaus (PIM), que reúne quase 500 empresas, tem faturamento anual superior a US\$ 13,6 bilhões e gera cerca de 90 mil empregos diretos.

Virgílio destaca os 159 anos de Manaus



Flávio Arns homenageia reconhecimento internacional atingido pela Fiocruz

Flávio Arns destaca nível de excelência da Fiocruz

Em homenagem à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou ontem que a instituição foi reconhecida pela Federação Mundial de Associações Nacionais de Saúde Pública como a melhor do setor no mundo.

A Fiocruz iniciou suas atividades fabricando soros e vacinas contra a peste bubônica, quando seu diretor-geral, o médico Oswaldo Cruz, ampliou as atribuições da fundação para a pesquisa aplicada e a formação de recursos humanos, disse Arns.



Euclides Mello propõe transferência temporária da capital federal

Euclides quer homenagear Marechal Deodoro

A transferência temporária da capital federal para o município alagoano de Marechal Deodoro, no dia 15 de novembro, quando se comemora a Proclamação da República, foi proposta por Euclides Mello (PRB-AL).

O senador apresentou um projeto (PLS 600/07) para que a transferência seja feita anualmente, como forma de homenagear o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do país.



Na opinião de Mário Couto, é no Dnit que está o foco de corrupção do país

Proposta de Tião Viana que prevê publicidade de gastos de senadores destinados a cobrir despesas nos estados recebe apoio de parlamentar

Uso de verba indenizatória deve ser transparente, diz Jefferson

A prestação de contas a respeito do uso da verba indenizatória – recursos destinados a cobrir gastos dos senadores em seus estados – deve ser transparente e veiculada pela internet. Essa é a posição do líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), que apoiou proposta apresentada pelo presidente interino da Casa, Tião Viana.

– Faço um apelo aos líderes para que aprovelem a total transparência de gastos – disse.

O senador observou que, embora acredite que a maioria dos senadores utiliza recibos e notas autênticos, há sempre o risco



Segundo Jefferson Péres, o Senado “não pode se furtar de tornar isso público”

de apresentação de documentos “frios”. Para ele, o Senado “não pode se furtar ao dever de tornar isso público”.

Camata adverte para ação do governo Chávez no Brasil

A partir de reportagem do *Correio Braziliense*, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) advertiu o Senado sobre a suposta tentativa do governo Hugo Chávez, presidente da Venezuela, de implantar células de uma revolução marxista no país. Segundo o jornal, 15 diplomatas venezuelanos já estariam atuando em vários municípios brasileiros para instalar centros de apoio à causa,

como o Círculo Bolivariano Che Guevara, no Rio de Janeiro.

– Trata-se de uma infiltração ideológica, que teria como projeto político transformar o Estado em uma democracia socialista.

Ainda conforme o *Correio Braziliense*, o trabalho no Brasil estaria sendo coordenado pelo venezuelano Maximiliano Arvelaiz, apontado como homem de confiança de Chávez. O jornal



Para Camata, presidente venezuelano quer implantar células de revolução marxista

denunciou também a participação do Consulado Geral da Venezuela, tendo à frente o embaixador Mario Guglielmelli Vera.

Mão Santa: estados retêm pagamentos de empréstimos



Governo do Piauí desconta de servidor e não repassa aos bancos, afirma Mão Santa

Denúncia do jornal *Valor Econômico*, segundo a qual a quantia descontada de contracheques de servidores dos estados do Piauí, Alagoas e Rio de Janeiro que fizeram empréstimos consignados não foi repassada aos bancos, foi ressaltada por Mão Santa (PMDB-PI).

De acordo com o senador, esses servidores estão na lista de devedores dos sistemas de proteção ao

crédito. Enquanto o Piauí deve R\$ 12 milhões, os dois outros estados devem, cada um, cerca de R\$ 40 milhões. Mão Santa disse que o secretário da Fazenda de seu estado a princípio negou a existência da dívida, comprovada por meio de auditorias solicitadas pelo Ministério Público.

– O governador não pagou ao banco e o pau quebra do lado mais fraco – lamentou o senador.



“Por trás dessa ação criminosa está uma multinacional”, salienta José Nery

José Nery protesta contra morte de sem-terra no Paraná

O senador José Nery (PSOL-PA) protestou ontem contra o que considerou assassinato do integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Valmir Mora de Oliveira, no último dia 21. Os sem-terra invadiram as instalações da multinacional Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, interior do Paraná, e confrontaram os seguranças da empresa, o que resultou também na morte do segurança Fábio Ferreira.

– O que chama a atenção é que por trás dessa ação criminosa está uma multinacional – afirmou.

Gilvam propõe punir universidades por nota ruim no Enade

Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu apoio a projeto de sua autoria que estabelece punições a universidades que não alcançarem resultados satisfatórios no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Quando uma universidade privada não obtiver resultado satisfatório no Enade, a proposta (PLS 585/07) prevê o cancelamento de seu processo seletivo por, no mínimo, um ano.



Gilvam quer suspender o vestibular de instituições com baixo desempenho

Mário Couto anuncia apoio suficiente para criar CPI do Dnit

O senador Mário Couto (PSDB-PA) anunciou já ter reunido número suficiente de assinaturas para criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infra-Es-

trutura de Transportes (Dnit), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes. O parlamentar leu em Plenário cada uma das 31 assinaturas recolhidas.

– Não tenho medo de perseguição. Venho cumprir meu dever, custe o que custar. Lá [no Dnit]

está o foco de corrupção deste país – disse Couto, para quem o atual governo padece de dois problemas graves: corrupção e excesso de gastos públicos.

O parlamentar justificou a proposta a partir dos resultados da CPI do Apagão Aéreo.

Segundo ele, a corrupção na Anac e na Infraero foi de R\$ 500 milhões. “Se não estancássemos, a corrupção não iria passar de um bilhão, dois bilhões?”

– Vamos fazer a mesma coisa com o Dnit. Vamos ajudar o presidente da República.